

# Uma análise do debate sobre a dependência

Marcos Guedes Vaz Sampaio\*

O debate sobre a dependência econômica dos países latino-americanos é polêmico e agrega pensadores das mais variadas correntes ideológicas. Uma análise mais abrangente e, por isso, mais fidedigna acerca de sua real dimensão torna-se inexecutável dentro das restrições de um artigo. Portanto, a preocupação deste texto foi de apresentar uma contribuição à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade da América Latina e do Brasil em particular. Assim, sua importância reside no resgate das discussões sobre a inserção periférica latino-americana no cenário econômico mundial e os caminhos para modificar esta forma de inserção.

As diversas perspectivas de interpretação e análise do modelo econômico dependentista latino-americano tiveram início com a problemática da questão colonial. Embora alguns estudiosos, como Santos (1978)<sup>1</sup>, achassem pertinente analisar a dependência econômica a partir da fase colonial, a maioria deles entendia que esta deveria ser analisada e estudada a partir de países politicamente independentes<sup>2</sup>. Neste contexto pode-se citar principalmente Marini (2000) e Cardoso (1973).

O argumento mais comum apontava que a estrutura de organização política e econômica de uma colônia já implicava numa relação de submissão e, portanto, de ausência de autonomia, com isso dificultando o estudo sobre as relações efetivas de dependência econômica.

Dessa forma, a questão da dependência somente

**O modelo econômico primário-exportador do período oitocentista apresenta vários aspectos relativos à dependência econômica**

poderia ser melhor interpretada a partir de nações politicamente independentes. O século XIX, então, torna-se um período de grande interesse para os estudiosos da dependência<sup>3</sup> por ser o ponto de partida da inserção periférica latino-americana no cenário econômico internacional. Existem inúmeras características que evidenciam o caráter de submissão destes países, já politicamente emancipados. Desde a questão da deterioração dos termos de troca no comércio internacional até o papel exercido por estes países, de destino dos capitais ociosos e mercado

\* Economista (UFBA) e doutorando em História Econômica (USP)

<sup>1</sup> SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependencia*. México: Ediciones Era, 1978.

<sup>2</sup> Neste contexto pode-se citar principalmente: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000, e CARDOSO, Ciro Flamarion. *El Modo de Producción Esclavista Colonial en América*. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempát. *Modos de Producción en América Latina*. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

<sup>3</sup> Pode-se citar: Benjamin Cohen, Osvaldo Sunkel, Pedro Paz, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender, Theotônio dos Santos, Stanley Stein, Bárbara Stein, Fernando Henrique Cardoso, André Gunder Frank, Ladislau Dowbor, Hélio Jaguaribe, Samir Amin, Caio Prado Jr., dentre inúmeros outros.

excedente da produção das economias centrais.

O modelo econômico primário-exportador do período oitocentista apresenta vários aspectos relativos à dependência econômica, a saber: 1) a deterioração dos termos de troca, onde as economias periféricas exportavam bens primários, de menor valor agregado, e importavam bens manufaturados, de maior valor agregado; 2) o centro dinâmico da economia voltado para o exterior, ou seja, o modelo de viés exportacionista; 3) fraco mercado interno, agravado pela mão-de-obra escrava; 4) a aliança entre capital estrangeiro e elite local; 5) inversões estrangeiras principalmente direcionadas a setores que não contribuíam para a transformação do modelo vigente na economia periférica (a chamada “modernização conservadora”); 6) baixa capacidade interna de investimentos; 7) pouca diversificação de produtos na pauta de exportações; 8) ausência de uma distribuição de renda efetiva na sociedade, agravada pela escravidão e; 9) incorporação por parte dos países periféricos de padrões culturais e de consumo das economias centrais.

Todos os aspectos enumerados acima, de alguma forma também estarão presentes nas análises com relação à questão da dependência ao longo do século XX. Evidentemente que levando em consideração a devida contextualização histórica de cada aspecto.

A análise sobre a dependência na América Latina durante o século passado teve início com os estudos da CEPAL, destacando-se Raúl Prebisch. A partir dos trabalhos desenvolvidos por ele e Celso Furtado, entre outros pesquisadores, surgiu a “teoria do subdesenvolvimento”. Esta apontava que os problemas da América Latina estavam relacionados à inserção periférica desta na divisão internacional do trabalho, onde as economias centrais concentravam a produção industrial enquanto as periféricas se dedicavam à produção de bens primários (GOLDENSTEIN, 1994, p. 25).

Esta identificação das economias latino-americanas como primário-exportadoras e importadoras de produtos industrializados levou os estudiosos da CEPAL a analisarem o subdesenvolvimento da América Latina através da “deterioração dos termos de troca”. As economias centrais, industrializadas, produziam bens de maior valor agregado, em detrimento das economias periféricas de base agrária, que produziam bens de menor valor agregado, resultando em

**As economias centrais, industrializadas, produziam bens de maior valor agregado, em detrimento das economias periféricas de base agrária, que produziam bens de menor valor agregado**

desvantagem para estas nos intercâmbios comerciais. Outra vantagem das economias centrais estava na maior estabilidade de preços dos produtos industrializados, que não estavam sujeitos às intempéries da natureza ou pragas agrícolas, por exemplo. Os estudos da CEPAL, então, chegaram à conclusão de que os países latino-americanos necessitavam intensificar e acelerar seu processo de industrialização, visando agregar mais valor nas relações mercantis internacionais e diversificar sua estrutura produtiva, reduzindo com isso sua inserção de forma dependente no cenário econômico mundial.

Esta análise dos pesquisadores da CEPAL suscitou críticas entre estudiosos como Roberto Simonsen e Caio Prado Jr. no Brasil, Luis Vitale no Chile e Sergio Bagú na Argentina<sup>5</sup> (SANTOS, 2000). Em linhas gerais, eles alegavam que os cepalinos estariam tentando repetir, num quadro histórico e econômico diferente, os caminhos percorridos pelas nações industrializadas do século XIX. Lembraram das distintas formações históricas dos países e de suas diversas características internas, o que tornaria complicado fazer generalizações e estabelecer um modelo único de desenvolvimento econômico.

André Gunder Frank<sup>6</sup> (1971, 1980) fazia parte de uma linha de pesquisadores que possuíam uma visão pessimista com relação ao desenvolvimento la-

<sup>4</sup> Expressão cunhada pelo historiador Barrington Moore para tratar do desenvolvimento capitalista retardatário da Alemanha e do Japão.

<sup>5</sup> SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>6</sup> Ver: FRANK, André Gunder. *Do Subdesenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Martins Fontes, 1971. (Trad. José Antônio Mendonça e Manuela Couto) e *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Trad. Cláudio Alves Marcondes).

tino-americano. Ele apontou que as economias periféricas foram incorporadas ao cenário internacional desde o período colonial de uma forma submissa, dependente. E que as alianças entre as economias centrais e as elites das economias periféricas somente fortaleciam esta relação, restando como saída para estes países a revolução socialista.

O pessimismo com relação às possibilidades de reversão do quadro de dependência na América Latina também envolveu pesquisadores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e os cepalinos. Este pessimismo ocorreu devido à adoção de algumas políticas, propostas principalmente por membros da CEPAL, que não trouxeram resultados expressivos para o problema do subdesenvolvimento. O processo de substituição de importações, por exemplo, conseguiu provocar transformações significativas no modelo econômico herdado do período oitocentista, mas não o suficiente para reverter o processo de subdesenvolvimento e de inserção dependente na economia mundial.

A excessiva concentração de renda e, portanto, o fraco desempenho do mercado interno, associado a um menor grau de acumulação de capitais e ausência de progresso nos métodos produtivos, foram fatores apontados por Celso Furtado<sup>7</sup> (1968) para os resultados insuficientes da política de substituição de importações. Estes fatores sempre levariam a um baixo fluxo de renda que conseqüentemente dificultaria o dinamismo da economia, levando-a à estagnação.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1981) criticaram o método de analisar a dependência na América Latina generalizando o modelo. Argumentaram que cada caso deveria ser estudado separadamente. Também refutaram o “evolucionismo” cepalino, considerando que existem diversos caminhos de desenvolvimento possíveis dentro dos sistemas econômicos periféricos. Outrossim, discordaram da visão pessimista e estagnacionista, afirmando que o processo de industrialização brasileiro resultante da política de substituição de importações permitiu um certo nível de desenvolvimento, ainda que com um mercado interno restrito e dependente de investimentos externos.

Eles ainda classificaram o Brasil como um país periférico, industrializado e dependente. A partir disso, alegaram que a realização de uma análise sobre a

economia brasileira não fazia mais sentido sob o prisma da inserção de uma economia primário-exportadora no cenário econômico mundial. Contribuíram também com a tese de que as relações entre o centro e a periferia poderiam ocorrer entre países com diferentes graus de industrialização, e não somente entre primário-exportadores e industrializados (CARDOSO; FALETTO, 1981).

**Outrossim, discordaram da visão pessimista e estagnacionista, afirmando que o processo de industrialização brasileiro resultante da política de substituição de importações permitiu um certo nível de desenvolvimento**

Uma das críticas mais predominantes sobre a análise da economia brasileira realizada até então, era de que a preocupação central dos pesquisadores estava na compreensão dos fatores externos e suas influências sobre as políticas econômicas internas, ao invés de tentar estudar a própria dinâmica interna da realidade brasileira (MELLO, 1991). Ela ganhou espaço principalmente após o “milagre brasileiro”, que promoveu elevadas taxas de crescimento sem proporcionar melhorias na qualidade de vida da população. Este cenário ocorreu porque a expansão econômica foi restrita a alguns setores da indústria associados ao aumento do fluxo de capitais estrangeiros para o país, principalmente sob a forma de empréstimos. Assim, fazia-se mister compreender as estruturas internas do país, afinal, mesmo com elevadas taxas de crescimento, a renda continuava concentrada e o tão sonhado desenvolvimento do país não acontecia.

A década de oitenta foi de crise e tentativas de estabilização da economia. Apesar do otimismo de estudiosos como Cardoso e Faletto, a realidade econômica que se apresentava não refletia a expansão do

<sup>7</sup> FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. 3.a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

mercado interno baseada nos investimentos estrangeiros. Afinal, se a entrada de capitais estrangeiros durante um período da economia brasileira chegou a viabilizar processos de desenvolvimento, estes não foram suficientes para transformar a condição de economia periférica.

A partir do início da década de noventa, uma nova realidade econômica internacional surgiu em decorrência da terceira revolução tecnológica e da globalização financeira. Ela trouxe às economias periféricas menos autonomia de tomar decisões internas do que os teóricos acreditaram, fazendo com que estes repensassem o olhar sobre o mercado interno destes países, assim como sua interação com a nova ordem econômica mundial.

O chamado “Consenso de Washington”, que reuniu o FMI, o Bird e o Tesouro dos Estados Unidos, no início dos anos 90, elaborou uma série de recomendações aos países em desenvolvimento, com o objetivo de resolver os problemas de inflação, crescimento econômico insuficiente, déficits no balanço de pagamentos e má distribuição de renda. Suas propostas consistiam basicamente na abertura e desregulamentação dos mercados, na redução do Estado através das privatizações e na adoção de políticas fiscais mais rigorosas. Após pouco mais de uma década, o único êxito apontado foi o combate à inflação, pois o que se observa é um cenário de desemprego, recessão, baixos salários e crescimento econômico insuficiente.

**A partir do início da década de noventa, uma nova realidade econômica internacional surgiu em decorrência da terceira revolução tecnológica e da globalização financeira**

Portanto, é importante a continuidade dos debates, assim como a apresentação de novos modelos e caminhos para o desenvolvimento latino-americano. A retomada das discussões sobre a dependência reveste-se de uma importância ímpar diante de um cenário onde o modelo organizado pelo Consenso

de Washington é freqüentemente apresentado na mídia como a única via capaz de reverter a condição de periferia do Brasil e da América Latina. Diante dos resultados pífios deste modelo, o surgimento de novos estudos e a discussão sobre vias alternativas de crescimento para a América Latina é, sem dúvida, o caminho mais profícuo e enriquecedor para transformar o quadro sócio-econômico atual.

## Referências

AMIN, Samir. *O Desenvolvimento desigual – Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Modos de Producción en America Latina. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente*, 1973.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *El Modo de Producción Esclavista Colonial en America*. In: ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *Modos de Producción en America Latina. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente*, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973.

\_\_\_\_\_. FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

COHEN, Benjamin J. *A questão do imperialismo – A economia política da dominação e dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIGUEIREDO, Vilma. *Desenvolvimento dependente brasileiro – industrialização, classes sociais e estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FRANK, André Gunder. *Do subdesenvolvimento capitalista*. Tradução José Antônio Mendonça e Manuela Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

- \_\_\_\_\_. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. Tradução Cláudio Alves Marcondes. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.
- FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.
- GASPARIAN, Fernando. *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GOENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- JAGUARIBE, Hélio et al. *La Dependencia Politico-Económica de América Latina*. México: Siglo XXI, 1969.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Tradução N. Palhano. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.
- SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y Dependencia*. México: Ediciones Era, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A teoria da dependência – Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- STEIN, Stanley; STEIN, Barbara H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. 4. ed. Tradução José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SUNKEL, Osvaldo. *O marco histórico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento*. 2. ed. Tradução Regina Maia. Rio de Janeiro: Forum, 1973.
- \_\_\_\_\_. PAZ, Pedro. *El Subdesarrollo Latinoamericano y La Teoría Del Desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970.
- \_\_\_\_\_. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Tradução João Maia. São Paulo: Difel, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Um ensaio de interpretação do desenvolvimento Latino-Americano*. Tradução João Maia. São Paulo: Difel, 1975. ■